

GUIA ENTREVISTA

Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) na cidade São Carlos: histórico, avanços na gestão dos resíduos no município e a visão de especialistas

Por Silvia Helena Flamini¹



Fonte: adaptado de <http://www.saocarlos.sp.gov.br/files/PMGIRS.pdf>

A Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), um marco nas discussões políticas a respeito da atual crescente geração de resíduos, dispõe sobre princípios, objetivos e instrumentos além de diretrizes relativas à gestão e ao gerenciamento no território nacional.

Neste sentido, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) constitui um destes instrumentos e versa sobre ações a serem desenvolvidas pelos órgãos da administração pública, primando pela proteção da saúde e da qualidade socioambiental de uma dada localidade. Sua elaboração é condição necessária para que um município tenha acesso a recursos do poder executivo, destinados tanto à limpeza urbana quanto ao manejo dos resíduos sólidos gerados. Um bom Plano deve fornecer informações acerca da geração e do cuidado destes resíduos, estando alinhado ao cenário mundial e às políticas públicas no Brasil. Tratando-se de internacionalidade, é importante mencionar a sua consonância com três

dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável² sendo: o quarto (Educação de Qualidade); o décimo primeiro (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o décimo segundo (Consumo e Produção Responsáveis), que visam atingir a Agenda Global 2030.

Na cidade de São Carlos, a articulação sobre a proposição do Plano se deu no ano de 2016 com a instituição do Decreto nº194 que criou os comitês Intersecretariais de Coordenação e Executivo, nomeados no ano de 2017 por meio do Decreto nº 216. Todavia, foi no ano de 2019 que, efetivamente, iniciou-se sua elaboração com um contrato público entre a Prefeitura Municipal e a Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial (FIPAI), da Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo (USP). Ainda neste ano foi apresentada uma versão³ do Plano com o panorama municipal incluindo caracterização, diagnóstico, prognóstico e planos de ação para a gestão dos resíduos urbanos. E, para tanto, contou com a participação e o apoio técnico de atrizes e atores sociais atuantes no estudo e nas pesquisas direcionadas ao tema, sob a coordenação do Prof. Sênior Valdir Schalch do Departamento de Hidráulica e Saneamento da USP.

No ano de 2020, o Plano foi regulamentado pela Lei Municipal nº 19.926, que em seu artigo 4º, o traz enquanto instrumento de gestão e gerenciamento. Com a sua regulamentação, foram criadas comissões de acompanhamento com representantes entre poder público, autarquias, sociedade civil e universidades como, respectivamente, o Fórum Municipal de Resíduos Sólidos e a Universidade Federal de São Carlos.

Em dezembro de 2022, foi realizada a 47ª Audiência Pública⁴ a respeito do PMGIRS São Carlos e, na ocasião, o secretário de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, Prof. José Galizia Tundisi, destacou alguns desafios enfrentados pelo município na gestão de seus resíduos, como a necessidade de investir na educação, na ampliação da coleta seletiva e da logística reversa. O secretário também frisou a importância e a qualidade do Plano não somente

para a mitigação dos impactos socioambientais negativos, mas também para a geração de emprego e renda.

O fato é que quando se debate a questão dos resíduos sólidos também se discute a respeito de recursos sejam humanos, ambientais e/ou econômicos. Além disso, uma vez que práticas de gestão e gerenciamento se amoldam à uma realidade socioambiental, observam-se incrementos na educação, na qualidade de vida e da saúde, além da promoção da cidadania e da contribuição na economia de uma localidade. Portanto, é assunto que abrange diferentes esferas como a socioambiental, a científico-tecnológica e a educacional.

Para esta edição, a Revista GUIA traz uma entrevista com Liane Biehl Printes,⁵ bióloga e educadora ambiental na Universidade Federal de São Carlos, ocupando cargo na Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS). Liane possui mestrado em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Gerenciamento da Biodiversidade pela *University of Kent at Canterbury* e doutorado em Biologia Animal pela *University of Reading*. Também conversamos com Maria Zanin,⁶ engenheira elétrica com mestrado pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Física pela Universidade de São Paulo; atualmente é docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos e do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da mesma instituição.

2 - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável podem ser acessados por meio deste [link](#)

3 - A versão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) de São Carlos pode ser acessada por meio deste [link](#)

4 - A 47ª Audiência Pública "Plano Municipal de Gestão Integrada Resíduos Sólidos" pode ser acessada por meio deste [link](#)

5 - Contato: liane@ufscar.br. Tenha acesso ao Currículo Lattes por meio deste [link](#).

6 - Contato: mariazanin55@gmail.com. Tenha acesso ao Currículo Lattes por meio deste [link](#).

As entrevistadas integram o Fórum Municipal de Resíduos Sólidos e possuem experiência em pesquisas e grupos de estudo nos temas de gestão de resíduos urbanos, educação ambiental, economia solidária e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis, dentre outros.

1. A Câmara Municipal de São Carlos foi a primeira do Brasil a desenvolver um plano de gerenciamento de resíduos sólidos. Qual a relevância disto para o contexto histórico e sociopolítico na gestão de nossos resíduos?

Liane: Acredito que a iniciativa da Câmara Municipal de São Carlos irá se estabelecer como um modelo para que outros órgãos públicos possam desenvolver os seus próprios instrumentos. A elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos pelos grandes geradores é uma necessidade prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Tem sido um tempo bastante longo para a implementação efetiva desta política no País, incluindo a elaboração dos planos de gerenciamento. Atualmente, várias organizações estão se mobilizando neste sentido. A UFSCar, por exemplo, desde o ano de 2022 estabeleceu uma comissão para a elaboração do Plano Multicampi de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em adequação à PNRS. Apesar de que a instituição desenvolveu políticas e instrumentos internos para a gestão dos resíduos em diferentes setores nas últimas décadas. Acredito que o trabalho desenvolvido pela Câmara, assim como o que está em andamento pelas demais instituições, irá refletir na mudança de cultura tão urgente e necessária para o equacionamento das questões ambientais que desafiam a humanidade no período atual e podem comprometer o futuro.

Maria: Este fato provavelmente deve estar relacionado a diversos aspectos, como o de São Carlos ser cidade com duas universidades públicas que possuem grupos de pesquisa reconhecidos internacionalmente nesta temática e que formam profissionais graduados e pós-graduados comprometidos com os problemas da sociedade. Deve estar relacionado também com a existência na cidade de entidades ambientalistas e, sobretudo, com a existência de um Fórum comunitário de resíduos. Outro aspecto também é a atuação de representantes na câmara municipal (vereadores) com compromissos ambientais.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na Câmara Municipal é fundamental para promover comportamentos adequados e inspirar cidadãs e cidadãos a procederem adequadamente com o resíduo gerado.

2. Quais iniciativas internacionais já adotam estratégias do gênero e como é possível que o Poder Público possa adequar medidas parecidas inspirado por projetos já estabelecidos, respeitando as diversidades de cada região e população?

Liane: Infelizmente não tenho profundo conhecimento sobre estratégias adotadas em outros países. Sei que existem duras políticas em execução, como na União Europeia que direcionam as ações a serem cobradas por parte do poder público dos diferentes países que compõem o Bloco. Penso que apesar de cada sociedade ter as suas particularidades, é senso comum que a geração e o destino dos resíduos necessita atenção, investimento e comprometimento cada vez maior de todos os setores e sem dúvida o poder público é chave nesse processo. Deve estabelecer corpos técnicos que possam justamente pesquisar e desenvolver modelos que sejam adequados às diferentes realidades. Deve permitir a execução, garantir fiscalização e a cobrança para que as diferentes estratégias possam ser desenvolvidas.

Maria: Não tenho conhecimento de projetos desta natureza relacionados à gestão de resíduos.

3. Qual o papel das instituições de pesquisa, Ciência e Tecnologia, como as universidades, juntamente a setores da sociedade na proposição e implementação de políticas públicas em resíduos sólidos?

Liane: As instituições têm papel chave, pois atuam na formação de seres humanos, para além da formação de profissionais, o que tem impacto direto na cultura da sociedade. Juntamente com o aspecto cultural, está o papel na geração e aprimoramento de novas tecnologias, assim como no resgate e disseminação de tecnologias sociais que podem contribuir para uma melhor gestão dos problemas associados à gestão de resíduos sólidos.

Maria: O papel das universidades é de gerar conhecimento de qualidade e formar profissionais comprometidos com os problemas da maioria da população, no caso na temática dos resíduos. Cabe à sociedade reivindicar políticas públicas e fiscalizar a implementação destas políticas.

4-Como promover a valorização social de trabalhadoras e trabalhadores que atuam na cadeia produtiva da reciclagem, como as catadoras e os catadores, bem como a valorização econômica dos resíduos que geramos enquanto recursos em potencial?

Liane: Dando maior espaço e visibilidade a estes profissionais e incentivo às atividades de reciclagem. Acredito que os dois decretos assinados no dia 13/02/2023, pelo presidente Lula, o primeiro recriando o Programa Pró-catadoras e catadores e o segundo com foco na atividade de reciclagem criando o Certificado de Crédito de Reciclagem, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens e o Crédito de Massa Futura, vão ao encontro dessa expectativa. Torcemos para que tenham sucesso na implementação!

Maria: Incentivando políticas públicas para formação de cooperativas e sua contratação pelos gestores dos serviços prestados à sociedade.

5-Qual o papel da educação ambiental para a disseminação de informações precisas sobre a importância socioambiental de projetos como este e quais as expectativas a longo prazo da adoção de medidas de gestão de resíduos sólidos em todo o território nacional?

Liane: Acredito que apenas uma Educação Ambiental conduzida na perspectiva que intenciona uma transformação da sociedade, com base em uma revisão de valores que permitam mudanças de visão de mundo poderão conduzir às transformações culturais necessárias para alterar o cenário de destruição e acomodação que vivemos. Desta maneira, projetos como o desenvolvido pela Câmara de Vereadores de São Carlos serão cada vez mais apreciados e requisitados. A simples disseminação de conhecimentos não é efetiva, pois a problemática dos resíduos sólidos tem sido tema frequente em projetos escolares, em documentários, nas mídias... É preciso ir além. É preciso sensibilizar a sociedade para a questão e isso é uma ação complexa. Envolve a efetivação das políticas de educação ambiental em espaços formais e não-formais de ensino através do desenvolvimento de programas que permitam a abordagem sistêmica e transdisciplinar da educação ambiental.

Em relação a adoção de medidas a longo prazo, em todo o território nacional, para a gestão de resíduos sólidos, com a mudança no cenário político atual e a gradual apropriação pela sociedade desta necessidade, acredito que tenhamos uma expectativa otimista para os próximos anos.

Maria: A educação ambiental é determinante para o sucesso destes projetos, pois deve promover ações comprometidas com o desenvolvimento de comportamentos mitigadores.

Com relação a expectativas de adoção de medidas de gestão de resíduos em todo território nacional é difícil prever mesmo considerando longo prazo, pois dependem das políticas públicas, dos gestores e da organização da sociedade.